



## Camponês é assassinado em Candeias do Jamari



No dia 29 de dezembro de 2009 o camponês Gildézio Alves Borges, conhecido como “Neguinho”, foi assassinado com dois tiros enquanto lavava panelas num riacho próximo ao seu barraco, no acampamento Flor do Amazonas, antiga fazenda Urupá, no município de Candéias do Jamari (30 km de Porto Velho).

Neguinho nasceu na Bahia no município de São João da Prata, ele já havia sido

vítima de uma tentativa de homicídio em setembro de 2009 quando foi atacado a golpes de faca por um capanga do latifundiário Raimundo “Metralha”. Os camponeses acusam o mesmo latifundiário de ser o mandante.

### **Entenda a luta dos camponeses da área Flor do Amazonas**

Em 2001 as famílias iniciaram a luta pelas terras griladas pela madeireira Urupá que já haviam sido destinadas pelo governo federal para reforma agrária. Logo de início enfrentaram a corrupção de funcionários do Incra que se utilizaram do cargo para lotear e vender as terras junto com a Agropecuária Industrial e Colonizadora Rio Candeias que alega ser a detentora do imóvel, adquirido em 1973, cujo registro foi cancelado pelo Governo Federal em 1975.

Enfrentaram também o oportunismo do Movimento Camponês de Corumbiara (MCC) do Sr. Adelino Ramos que cobrava taxas de até R\$300,00 de cada família, com promessas de cortar as terras. As famílias eram ameaçadas a dar metade de sua produção ou seriam expulsas, toda produção “arrecadada” ia para as mãos de Adelino que não aceitava opiniões e humilhava as pessoas.

Em 2002 oitenta famílias decidem acampar dentro da área da fazenda contrariando a direção do MCC que queria ficar na beira da estrada. Em setembro de 2005 cansadas de esperar pelo Incra e demais autoridades, partem pra cima dos lotes produzindo mais de 20 alqueires de arroz, feijão, milho, mandioca e hortaliças.

Para exigir solução do problema das terras bloquearam a BR-364 em protesto por 3 dias, em junho de 2006. Esta ação combativa agudizou as divergências com a direção oportunista do MCC que usa de todo tipo de manobra para isolar as lideranças que se opõem a sua linha de esperar eternamente pelo Incra e usar o povo como massa de manobra para os projetos eleitoreiros do PT e PCdoB. Em setembro, os camponeses realizaram uma assembleia e decidiram pela retirada da bandeira do MCC, a expulsão do pelego Adelino Ramos e a eleição de uma coordenação comprometida com os interesses dos acampados.

A partir de 2007 foram emitidas 28 reintegrações de posse das terras, as famílias caíram nas garras de um advogado que se fazia passar por apoiador, mas trabalhava para os latifundiários. José Martinho Medeiros, o “Águia Azul”, extorquia os acampados com a promessa de derrubar liminares na justiça, mas na prática queria desmobilizar o acampamento.



Diante da resistência dos camponeses os latifundiários resolveram atacar. Em junho dois veículos com homens encapuzados e fortemente armados expulsaram os acampados. Os pistoleiros chegaram atirando e espancando todos inclusive crianças, idosos e gestantes. Com as pessoas dominadas atearam fogo nos barracos, em veículos e em todos os pertences das famílias. Raimundo “Metralha” e Geraldo, que era presidente da Associação dos latifundiários da região, são apontados como os mandantes.

Os veículos usados no ataque e que foram apreendidos pela PM eram de Salim Jones, sargento aposentado da PM. O secretário de segurança pública na época, Cezar Pizzano, liderou um Gabinete de Gestão Integrada idealizado pela Ouvidoria Agrária para apurar os ataques contra os camponeses. Até hoje nenhum dos responsáveis foi punido. O que demonstra a demagogia e revela que estas comissões servem apenas para proteger os crimes do latifúndio.



Em outubro ocorreu nova



investida contra as famílias. Durante uma reintegração o latifundiário conhecido como Pastor e seus pistoleiros atearam fogo nos barracos. Não satisfeito, derramaram óleo queimado dentro do poço utilizado pela coletividade. Policiais e um oficial de justiça estavam presentes. O detalhe é que em agosto de 2007, foi determinada a transferência da Fazenda Urupá para o domínio do INCRA e até hoje as terras ainda não foram entregues as famílias.

Em junho de 2008, 60 famílias ocupam a sede do Incra em Porto Velho reivindicando o corte das terras e são atacados por agentes da polícia federal.

Toda esta luta valorosa demonstra a persistência dos camponeses que enfrentam todo tipo de dificuldades, ataques, perseguições e assassinatos para conquistar o tão sonhado pedaço de terra. Por outro lado, comprova a falência da “reforma agrária do governo” e o verdadeiro caráter de classe do Estado brasileiro que é dos grandes burgueses e latifundiários.